

Lula reeleito: vitória sem trégua

Erick Kayser

29/10/2026

O alívio é legítimo e seria desonesto negá-lo. Três semanas depois de um primeiro turno que parecia selar a restauração bolsonarista, com Flávio Bolsonaro à frente e uma onda conservadora varrendo governos estaduais e cadeiras no Senado, Lula virou o jogo e foi reeleito com 51,79% dos votos válidos. Desde que o país voltou a escolher seus presidentes pelo voto direto, nenhum segundo colocado no primeiro turno havia conseguido a virada.



Foto: Ricardo Stuckert

Mas a política não se mede pelo tamanho do alívio, e sim pelo que ela permite fazer. A vitória de domingo diz duas coisas ao mesmo tempo, e quem ficar com apenas uma delas estará se iludindo. A primeira: existe, no fundo da sociedade brasileira, uma reserva de energia popular capaz de inverter um desfecho que parecia dado. A segunda: essa energia, sozinha, não alterou a correlação de forças que tornou a disputa tão apertada. É uma vitória, mas uma vitória *sem trégua*.

A anatomia de uma virada

Os números merecem ser olhados de perto, porque desmentem a narrativa que se armou após o 4 de outubro. Lula terminou o primeiro turno com 53,9 milhões de votos, 2,2 milhões atrás de Flávio. Três semanas depois, venceu com 64,26 milhões contra 59,83 milhões, uma vantagem de 4,4 milhões. O presidente acrescentou cerca de 10,3 milhões de votos à sua votação; o adversário, cerca de 3,7 milhões. Uma oscilação de 6,6 milhões no saldo, algo sem precedentes.

O dado mais revelador, porém, está menos em quem mudou de lado do que em quem apareceu. A abstenção caiu de 21,08% para 19,22%, a maior queda entre turnos da história das eleições presidenciais brasileiras, contrariando o padrão de quase todas as disputas anteriores, em que o eleitorado *encolhe* na votação decisiva. Cerca de 3 milhões de pessoas que haviam ficado em casa em 4 de outubro foram às urnas no dia 25. Brancos e nulos recuaram de 5,98 milhões para 4,15 milhões. O comparecimento cresceu em 87% dos municípios do país.

O mapa do segundo turno mostra que o avanço não foi localizado. Lula cresceu nas 27 unidades da Federação e melhorou seu saldo em relação a Flávio em 5.410 dos 5.570 municípios, 97% do total. Passou a vencer em 211 cidades onde havia perdido no primeiro turno; Flávio inverteu o resultado em apenas uma. Mais de 31 mil urnas migraram de Flávio para Lula; 565 fizeram o caminho inverso.

Duas geografias decidiram a eleição. No Nordeste, onde a abstenção caiu de 18,39% para 16,44%, com estados como Ceará, Pernambuco e Paraíba registrando as menores ausências do país, Lula acrescentou quase 3 milhões de votos e venceu nos nove estados, ampliando a margem em todos, no Piauí obteve a maior margem, com **75,8% dos votos**. No Sudeste, onde perdeu, encurtou a distância: ganhou em São Paulo 2,6 milhões de votos, a maior margem absoluta e virou em Minas Gerais, com 50,43%, o único estado a trocar de lado e, como reza a máxima, quem vence em Minas vence o Brasil.

Nada disso caiu do céu. Os dois extremos da pirâmide etária foram decisivos: de um lado, a mobilização da juventude, que tomou as ruas e as redes, com uma potência multitudinária que há tempos não se via no país; de outro, o engajamento da população idosa, que, mesmo desobrigada do voto a partir dos 70 anos, fez questão de comparecer. Na manhã do segundo turno, o próprio Lula classificou como quase inexplicável a mobilização que vinha testemunhando.

E ela se deu contra uma corrente adversa. Lula disputou uma campanha marcada por assimetrias profundas: no financiamento, com as doações empresariais concentradas no campo bolsonarista; nas plataformas digitais, que interferiram na circulação de sua propaganda; e na Justiça eleitoral, com decisões controversas. Diante disso, iniciativas nascidas fora das estruturas tradicionais fizeram a diferença. O símbolo maior foi o canal de WhatsApp “*Exército do Lula*”, liderado pelo deputado André Janones, que reuniu mais de 10,7 milhões de pessoas e as converteu em multiplicadoras de conteúdo e executoras de tarefas coletivas. Mais do que um episódio de campanha, a experiência indica um caminho a ser explorado no próximo período: a construção de redes populares de comunicação e mobilização capazes de disputar o terreno digital que a extrema direita, até aqui, ocupou quase sozinha.

Mas a virada não veio apenas de baixo. Entre um turno e outro, a campanha mudou de eixo. Aposentou os slogans que já não mobilizavam ninguém e trocou a defesa genérica da democracia pelo confronto direto de interesses materiais: de um lado, o fim da escala 6×1; de outro, o “tesourazo” prometido por Flávio, apresentado pelo que de fato era, uma ameaça às políticas sociais como Bolsa Família e Farmácia Popular. A mudança alcançou também o governo, que até as vésperas do primeiro turno parecia tratar governar e fazer campanha como tarefas distintas, guardando uma espécie de reserva política. O reajuste do Bolsa Família, o Desenrola 3.0 e, sobretudo, a ofensiva contra as bets já haviam sinalizado essa reentrada na disputa; a aprovação da PEC que encerra a escala 6×1, em 14 de outubro, por 75 votos a 1, a consumou. Medidas como essas fazem mais do que distribuir benefícios: obrigam cada ator a dizer de que lado está, e um Senado pouco amigável não ousou dizer não. A imprensa conservadora falou em pacote eleitoreiro. Foi, antes, a política voltando a ter consequências.

A classe volta às urnas

A abstenção não é um fenômeno neutro. No Brasil, ela tem endereço e tem renda: concentra-se historicamente entre os mais pobres, os mais velhos, os que moram longe das seções, os que não podem perder um dia de trabalho informal nem pagar a passagem. Por isso sempre pesou contra Lula. Não por acaso, no dia 25, prefeituras governadas pela direita, como São Paulo e Salvador, foram denunciadas por tirar ônibus de circulação, dificultando o acesso às urnas justamente de quem depende do transporte público, a ponto de o STF estender a votação até as 19h em todo o país. Ainda assim, desta vez a abstenção pesou contra Flávio, e há indícios de que, pela primeira vez num segundo turno, o pobre votou proporcionalmente mais que o rico.

Não se trata de um detalhe técnico. André Singer descreveu o lulismo como o encontro entre um líder e um subproletariado que aderiu a ele de forma *passiva*, à espera de que a ordem fosse melhorada sem ser

confrontada. O que se viu entre 4 e 25 de outubro tem outra textura. Foi um movimento capaz de levar às urnas milhões de pessoas que haviam ficado em casa, impulsionadas por atos de rua massivos que encheram avenidas e praças de norte a sul do país ou pelas redes de apoiadores anônimos que se organizaram por fora (e muitas vezes à frente) das estruturas partidárias. A classe, como lembrava o historiador inglês E. P. Thompson, não é uma posição estática na estrutura, mas algo que *acontece* nas relações e na experiência. Em outubro de 2026, ela aconteceu também nas urnas.

É preciso cautela para não romantizar o episódio: um comparecimento eleitoral não é um movimento social, e uma mobilização de três semanas não substitui a organização de anos. Ainda assim, o resultado desmonta a velha e preguiçosa tese de que eleições se decidem no centro, pela transferência dos votos dos candidatos eliminados. Esses votos somavam 9,3 milhões e vinham, quase todos, da direita. Pela aritmética do centro, Flávio teria ampliado a vantagem. Não foi o que aconteceu. Quem a desfez foram os que costumam faltar.

Conquistar o governo, não o terreno

E, no entanto, a mesma eleição que revelou essa reserva de energia confirmou que ela não basta. O país saiu das urnas partido ao meio: Sul, Sudeste e Centro-Oeste deram a Flávio uma dianteira de 9,25 milhões de votos, compensada apenas pela vantagem esmagadora do Nordeste. Lula venceu em 13 unidades da Federação; Flávio, em 14. A margem final, de 3,6 pontos, é confortável para um segundo turno, mas estreita para um país.

No Congresso, o quadro é adverso. O campo de centro e direita manteve, grosso modo, o mesmo número de deputados que já tinha. O crescimento do PL veio sobretudo da canibalização de aliados. Já o Senado sai mais à direita, com uma bancada potencialmente hostil ao STF. Na noite da derrota, Flávio repetiu o roteiro do pai e não reconheceu o resultado; Eduardo Bolsonaro chamou a eleição de fraudulenta e pediu pressão contra a vitória de Lula. O golpismo não foi derrotado em 25 de outubro. Foi apenas adiado.

Ocupar o Executivo não é o mesmo que alterar a correlação de forças. Quatro anos de governo não deslocaram o terreno em que se disputa a política nacional, e por isso o primeiro turno pôde surpreender. A vitória de domingo não muda esse diagnóstico. Torna-o mais urgente.

A dívida do quarto mandato

As duas leituras — a virada vinda de baixo e o terreno que não mudou — não se anulam. Ao contrário: uma cria a obrigação que a outra torna difícil de cumprir. Os milhões que saíram de casa para virar a eleição não foram às urnas por uma defesa abstrata da democracia, mas porque a reta final da campanha lhes ofereceu algo pelo que valia a pena votar: a promessa de que o próximo mandato seria diferente do anterior. Esse apelo mudancista ganhou a eleição. Agora ele é uma dívida.

O risco é conhecido. Diante de um Senado hostil e de um Centrão fortalecido, a tentação será a de sempre: recompor a governabilidade pela via da conciliação, oferecer o orçamento em troca de votos, moderar o programa até que nada reste dele além da gestão da ordem. Seria repetir a fórmula que entregou a 2026 um país à beira do abismo e, possivelmente, entregar a 2030 um abismo ainda mais fundo, desta vez sem Lula na urna.

Há, porém, sinais de que essa história não precisa se repetir. Em diversas falas na reta final da campanha, o próprio Lula indicou que pretende fazer um governo diferente, com mais participação e mobilização popular. Se o quarto mandato caminhar por aí, teremos um elemento novo, capaz de começar a deslocar o equilíbrio de forças no país: um governo que não se limite a administrar o Estado tal como o encontrou, mas que busque nas ruas e na organização popular a força que lhe falta no Congresso.

A alternativa não é a aventura, mas coerência: governar apoiando-se na mesma energia social que decidiu a eleição, em vez de desmobilizá-la no dia seguinte à posse. Transformar o comparecimento em organização, a

esperança em programa e a vitória em deslocamento efetivo forças sociais. O 25 de outubro abriu uma janela; não ofereceu uma trégua. Quem confundir uma coisa com a outra descobrirá, tarde demais, que a extrema direita jamais concederá trégua alguma.

Erick Kayser é historiador e Secretário-geral do PT de Porto Alegre.

Compartilhe nas redes: